

O TRATADO DE MADRI (1750) E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS POMBALINAS: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA E HISTÓRICA

XVII INIC / XIII EPG / III INID - UNIVAP 2013

Jessica Aparecida Correa¹, orientador- Paulo Roberto Teixeira de Godoy²

¹ Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP/ IGCE bolsista iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Email. jessicapcorrea@gmail.com.

² Professor Assistente Doutor Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” UNESP/Rio Claro. Email. prtg@rc.unesp.br.

Resumo - O presente trabalho resulta do projeto de pesquisa em Iniciação Científica desenvolvido durante o ano de 2012 e do primeiro semestre de 2013, no curso de Geografia – Unesp/Rio Claro. Como elemento central foi analisado, a partir de uma abordagem geográfica e histórica, o Tratado de Madri (1750). Esse acordo fronteiriço ganhou principal importância no governo de Marquês de Pombal como política territorial de ocupação, interiorização e efetivação do domínio metropolitano sobre as vastas terras da colônia brasileira. Os atuais contornos e extensão do território brasileiro em muito traz resquícios das negociações lusitanas e espanholas sobre esse tratado.

Palavras-chave: Tratado de Madri, Geopolítica Pombalina, Políticas territoriais, Geografia Histórica.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas/Geografia.

Introdução

O tema central analisado na pesquisa desenvolvida foi o Tratado de Madri. Esse acordo fronteiriço assinado em 1750, pelas duas potências colonizadoras no século dezoito, Portugal e Espanha, representou um grande marco para a configuração territorial do Brasil.

A partir da mediação da Geografia Histórica, campo de tradição nos estudos geográficos, buscou-se compreender num exercício retrospectivo, a gênese da formação do território brasileiro. Essa interpretação possibilita estudar o território através dos diferentes processos históricos que determinaram sua formação.

Trata-se de articular os processos sociais, em suas diferentes dimensões, política, econômica, cultural, etc. e compreender suas intervenções na organização e no uso dado ao território, cujo resultado materializa-se nos diferentes momentos da história da sociedade.

Metodologia

Optou-se por seguir as orientações propostas por Moraes (2008, 2009, 2011) quanto aos procedimentos metodológicos, isto é, o *método de interpretação* e a *metodologia do trabalho de pesquisa*. O primeiro, o *método de interpretação*, visa à análise dos fundamentos filosóficos e

científicos das categorias e dos conceitos que foram empregados na leitura crítica a respeito do tema sob investigação. O segundo, a *metodologia do trabalho de pesquisa*, compreende os procedimentos utilizados para realização do levantamento bibliográfico, fichamentos de textos, organização do material cartográfico e das referências bibliográficas levantadas, selecionadas e analisadas.

As obras, em função de conteúdos mais densos e por expressarem resultado de estudos de maior fôlego, foram utilizadas como fontes de fundamentação teórica e metodológica. Os periódicos e anais de eventos científicos, por apresentarem geralmente resultados de pesquisas recentes e temáticas específicas, foram utilizados como fontes de atualização e de interlocução com as referências teóricas adotada. As teses de doutoramento e as dissertações de mestrado foram utilizadas como fontes complementares por tratarem, geralmente, de áreas e linhas de pesquisa com maior especificidade de temas.

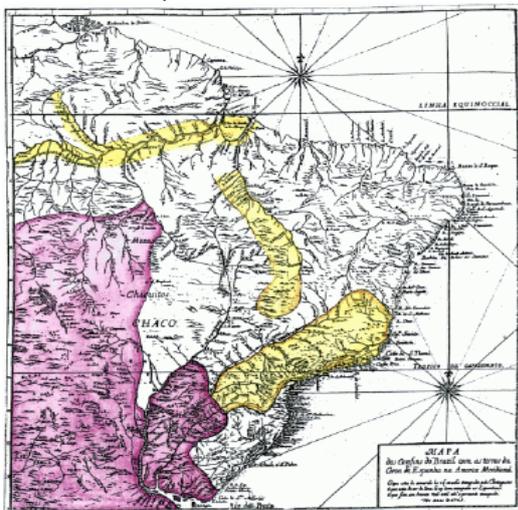
A orientação central para o levantamento e posteriormente análise do trabalho, consistiu em compreender o temário tendo por compreensão o território como resultado histórico das relações sociais entabuladas preteritamente

Resultados

A seguir apresentaremos, dentro dos limites exigidos do artigo, os principais aspectos do Tratado de Madri, como política de domínio territorial da coroa portuguesa sobre as terras da colônia brasileira.

O Tratado de Madrid, teve por representante da coroa portuguesa, o brasileiro Alexandre de Gusmão, eleito no governo de D. João V Secretário do Conselho Ultramarino, ficou conhecido como figura notável em Portugal, responsável pelos rumos que seguiram as negociações desse tratado.

Mapa das Cortes 1749¹



<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/mapas/map002.htm>.

Com grande influência na corte portuguesa joanina, Gusmão perdeu o posto de destaque, quando da morte de D. João V. (1750) e a subida ao trono de D. José I, fora substituído por Conde de Oeiras ou, posteriormente Marquês de Pombal.

O Tratado de Madri significou um acordo entre as coroas ibéricas, que consistiu em entregar e reconhecer oficialmente os territórios coloniais já ocupados por ambas, além disso, o tratado tinha por finalidade oficializar as margens marítimas e terrestres definindo os limites do poderio de cada coroa sobre as colônias americanas.

¹ O Mapa das Cortes foi utilizado como base para as negociações do Tratado de Madri em 1750, por Alexandre de Gusmão.

Representação do Tratado de Madri 1750.



Tratado de Madri - 1750

Fonte :SOARES, 1939, p. 141.
Mapa modificado : Correa, J.

O traçado que delimitava as colônias ibéricas em 1750 já anunciava praticamente o contorno definitivo do território brasileiro. Colocar na prática os limites acordados no mapa foi empreitada que imperou prioritária nas políticas do Marquês de Pombal.

Para efetivar a delimitação territorial e definir as fronteiras, foi engendrado pelas coroas lusitanas e espanholas expedições demarcatórias, com a finalidade de cartografar e representar oficialmente os limites do tratado.

Marques de Pombal, em nome da coroa portuguesa mandou recrutar homens de várias profissões e segmentos (eclesiástico, científico e militar) para as terras brasileiras em busca da delimitação empírica da fronteira.

Foram expedições compostas por geógrafos, matemáticos, padres, engenheiros cartógrafos, militares, etc., homens intelectualizados e letrados de vários lugares da Europa, todos com uma missão bem definida, cunhar oficialmente os limites coloniais.

A cartografia produzida por essas expedições revelaram-se como ferramentas fundamentais de

reconhecimento do território brasileiro, foi através delas que os contornos fronteiriços do Brasil começaram a ser consolidados.

As técnicas cartográficas no século dezoito haviam recém revolucionadas, as expedições demarcatórias desse período, permitiram aprimorar e reconhecer melhor a região Sul da colônia americana por exemplo, que até o início dos setecentos ainda pouco era sabido até onde as terras estendiam-se.

Foram às disputas territoriais que impuseram a urgência do aprimoramento de tais técnicas, as políticas territoriais cunhadas no governo de Marquês de Pombal tinham por orientação central, garantir a posição lusitana na disputa comercial e concorrencial do mercado europeu da época.

Isso significou para o território colonial brasileiro um alto teor de espoliação ao povo originário. Eram os habitantes dessas terras que melhor conheciam os confins dos mares, morros, caminhos e rios do território, além de utilizados para as tarefas demarcatórias, o povo originário foi submetido ao trabalho forçado, as terras habitadas e cultivadas foram ocupadas pelos colonizadores, desfigurando estruturalmente a cultura ali pré-existente. Essa violência territorial foi estratégia elementar para o projeto colonizador, cuja finalidade majoritária era a de potencializar o poder metropolitano no mercado europeu.

Com a formalização das fronteiras coloniais brasileira, o poder metropolitano torna-se mais elaborado, as riquezas coloniais podem ser melhores mensuradas, aumentando assim a capacidade lusa de negociação com as outras potências colonizadoras; sobretudo, a com a Inglaterra, que fazia acirrada marcação para garantir seus ganhos com a aliança estabelecida no século XVIII com os lusos.

Nesse sentido, deter o conhecimento exato sobre o território apoderado, através dos mapas, e delimitar as fronteiras da colônia americana, significou progredir na oficialização cada vez mais elaborada dos poderes do centro. Avançar nos delineamentos dessas informações representava ganhar força política, pois a efetivação dos limites das terras coloniais representava a rivalidade e ambição das metrópoles.

A luta geopolítica cravada nas relações estabelecidas entre as metrópoles escancaravam um contexto inegável de acirradas rivalidades, esse cenário fomentava e estruturava ainda mais a expansão territorial do capital mercantil liderado pela Europa.

Discussão

O desafio em efetivar o Tratado de Madrid não se restringiu as dificuldades e embaraços encontrados em promover as expedições demarcatórias, O tratado de limites, ao ser projetado pelas coroas ibéricas, essas jamais seriam capazes de prever nas minúcias do tratado, como a reorganização e definição do território colonial detinha uma dinâmica própria.

A dimensão concreta dos traços acordados no tratado não se resumiam na produção dos mapas, tais linhas de fronteira somente poderiam ser eficazes, quando os habitantes daquele território as internalizassem.

A colônia em sua particular formação social apresentava complexas formas de internalização das ordens externas, no período pombalino, o território brasileiro poderia ser concebido como um “mosaico produtivo”, em que ao receber uma imposição externa, o mesmo território, revelava a face metropolitana de maneiras diversas, sendo em muitos casos objetivadas como negação das próprias ordens da coroa.

Como exemplo foram os impasses ocorridos na Capitania do Rio Grande de São Pedro, no sul do território brasileiro, onde na Colônia do Santíssimo Sacramento, a resistência indígena e jesuítica malogrou o Tratado de Madri e intensificou ainda mais as disputas territoriais entre as coroas ibéricas, postergando as demarcações no Sul.

Esse episódio se estendeu em todo governo pombalino, somente foi resolvido no final do governo em 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso. Nesse tratado, que somente foi alterado no final do século, a fronteira ao sul avançou em favor dos espanhóis, perdeu-se praticamente metade do território colonial brasileiro, diferenciando-se significativamente do que fora acordado no Tratado de Madri.

- FALCON, Francisco José Calasãs. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada.** São Paulo: Ática, 1982.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Marquês de Pombal e o Brasil.** São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1969.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia crítica a valorização do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** São Paulo, Annablume. 2005.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas Espaço, Cultura e Política no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica.** São Paulo, Annablume 2009.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia.** São Paulo, Annablume. 2011.
- MURADÁS, J. **A Geopolítica e a Formação Territorial do Sul do Brasil.** 2008. Tese. Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15718/000682253.pdf?sequence=1>> Acesso em: 16 jul. 2012.
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios.** Petrópolis: Vozes, 1982.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. A ciência geográfica e a construção do Brasil. **Terra Livre**, São Paulo. n.15, p.9-20, 2000.